

APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar este número especial da Revista *Problemata*, que tem como foco três conceitos-chave da filosofia hegeliana, a saber, os conceitos de dialética, ciência e liberdade. A escolha desses três eixos temáticos tem como base a possibilidade de mostrar a vitalidade e a relevância da filosofia de Hegel no debate contemporâneo.

Em primeiro lugar, não há como negar que a dialética assumiu um lugar de destaque em várias áreas da pesquisa filosófica, não apenas na filosofia analítica, mas também na filosofia continental. Basta lembrar duas recentes publicações que revivificam o pensamento hegeliano em duas direções que parecem, ao menos à primeira vista, opostas: por um lado, *A Spirit of Trust*, de Robert Brandom (2019), e por outro, *Less Than Nothing*, de Slavoj Žižek, (2012). Tratam-se de obras inovadoras que dão forma a “novos Hegel”, com os quais vamos ter condições de interagir somente na base de um trabalho de clarificação conceitual dos fundamentos teóricos da fonte original da qual esses autores bebem e alimentam as suas criaturas.

É justamente este o objetivo comum sobre o qual miram os primeiros dois artigos deste volume, que olham para esses fundamentos com uma atenção particular à dialética, tanto no seu aspecto embrionário, quando no seu surgimento dentro do próprio sistema da maturidade.

Diogo Ferrer, no texto “O Ceticismo, entre Maimon, Fichte e Hegel”, procura compreender a influência da obra de Maimon para o desenvolvimento da filosofia clássica alemã, especialmente nas filosofias de Fichte e de Hegel. Ferrer também traz uma investigação acerca do modo pelo qual os autores discutem a questão do ceticismo, incorporando o debate em suas teorias, e colocando-o como uma conexão entre as diferentes posições filosóficas apresentadas.

Em “Os aforismos sobre o absoluto: Schulze contra o “Evangelho” de Schelling e Hegel”, Lucas Machado e Luiz Filipe Oliveira apresentam uma rica contextualização do texto

“Aforismos sobre o Absoluto”, de Schulze – o qual também oferecem uma tradução, com a colaboração de Israel Meneses – reconstruindo as críticas do autor às filosofias da identidade de Schelling e de Hegel. Também mostram que elementos nessa crítica seriam centrais à ruptura de Hegel com Schelling, em especial, as noções de forma, matéria ou conteúdo, e determinação.

Em segundo lugar, assumimos o conceito de ciência como um dos pontos mais problemáticos da nossa interação com a herança filosófica hegeliana. O conceito de ciência de Hegel sempre foi e continua sendo colocado radicalmente em questão, sobretudo pensando na sua exigência originária, ou seja, seu ser completamente livre de pressuposições. Justamente esse critério de cientificidade nos encarrega com a missão de performar uma crítica profunda em direção das categorias que estão depositadas tanto na nossa linguagem natural, quanto na científica. Ao mesmo tempo, esse mesmo critério parece estabelecer uma distância entre o discurso científico que caracteriza a filosofia e o que caracteriza as ciências naturais. Podemos nos perguntar, assim, sobre a viabilidade desse critério e, em caso afirmativo, quais seriam suas implicações para a relação entre filosofia e ciências naturais.

Nesse sentido, a segunda parte do volume traz três contribuições que se desenvolvem ao redor da ideia hegeliana de filosofia como ciência. Esses artigos analisam a forma na qual essa tese foi criticada, sobretudo no século passado, e a possibilidade de responder a essas críticas através de um novo olhar filosófico que, retornando à filosofia hegeliana propriamente dita, mostraria a inconsistência das leituras positivistas. Não menos importante, apresenta-se, com Hegel, o projeto de uma fundamentação de um conceito amplo de ciência, que seria interessante para repensar a interdisciplinaridade do trabalho científico. Esse projeto poderia ser construído seguindo o caminho da constituição da subjetividade concreta que se articula, em Hegel, na passagem entre o mundo da natureza e o mundo do espírito, envolvendo uma série de ligações entre as reflexões das ciências naturais e aquelas das ciências humanas.

Metin Demir, no texto “The tension between the Autonomy of reason and nature in Hegel’s philosophy of nature” explora a relação entre razão e natureza. A primeira parte do artigo mostra que as ciências empíricas e filosofia da natureza não são duas investigações absolutamente distintas: a reflexão das ciências empíricas não é livre do uso de categorias metafísicas, assim como a filosofia não pode prescindir das referências a dados empíricos. Nesse sentido, na segunda parte o autor desconstrói a falsa dicotomia entre uma perspectiva realista e idealista na apreensão da natureza e apresenta a filosofia da natureza como uma ciência filosófica cuja fundamentação não é simplesmente a posteriori, nem somente a priori. A filosofia da natureza se articula integrando pensamento e experiência numa síntese

especulativa na base de uma identidade de identidade e diferença entre lógica e natureza na qual cada uma determina a outra. Portanto, as ciências empíricas e a filosofia da natureza são dois jogos de linguagem diferentes sobre o mesmo objeto, os quais se aproximam assintoticamente sem nunca pode ser propriamente e completamente traduzíveis um para o outro.

Zeyad El Nabolsy, em “Hegel’s Proto-Modernist Conception of Philosophy as Science” destaca alguns mal-entendidos do conceito hegeliano de filosofia como ciência no contexto da história e da filosofia da ciência. O autor assume como paradigmática a interpretação de Alan Richardson da filosofia científica, que exclui um pensamento como aquele hegeliano do tipo de filosofia que pode ser considerada como propriamente científica. Frente a essa leitura, no texto, apresenta-se uma leitura alternativa da filosofia de Hegel, que é interpretado como um filósofo protomodernista, ou seja, incorporando no seu pensamento justamente aquelas ideias a partir das quais normalmente se pretende colocar em questão a cientificidade da sua filosofia, isto é, a ideia da filosofia como atividade anti-individualista, como investigação que, supostamente, deveria ser acessível a todos e, por fim, como uma tipo de pesquisa que se desenvolve através de uma essencial colaboração com as ciências empíricas. Na última parte do texto, o autor mostra que as leituras desviadas da filosofia hegeliana que ele desconstrói ao longo do artigo levou a desconsiderar uma corrente muito importante da filosofia científica, a saber, a filosofia marxista, que tem as suas raízes justamente na filosofia hegeliana.

Júlia Sebba, no texto “O conceito de subjetividade no sistema de Hegel: A subjetividade animal na natureza e a passagem para a alma na Filosofia do Espírito”, procura desenvolver a noção hegeliana de subjetividade. Para isso, ela discute essa noção especialmente na perspectiva da lógica e da natureza, problematizando a passagem desta última ao espírito, contemplando a alma humana a partir da subjetividade animal, e relacionando uma base orgânica natural com o pensamento, a consciência e a vontade.

Por último, mas não menos importante, surge a discussão acerca da noção de liberdade. Essa discussão se faz importante hoje, por várias razões. Em primeiro lugar, lembramos o aniversário de 200 anos da publicação das *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito*, e essa obra obriga qualquer estudioso da filosofia de Hegel a se confrontar com esse conceito, o de liberdade, que perpassa todas as obras hegelianas. Em segundo lugar, essa reflexão é importante especialmente no Brasil, como modo de destacar a pesquisa e o trabalho de tradução desta obra pelo professor Marcos Lutz Müller, falecido em setembro de 2020. Enfim, insistir no debate acerca da liberdade se mostra necessário frente ao surgimento de movimentos protototalitários ao redor do mundo, sobretudo, no Brasil, como prática teórica de crítica imanente de um *status*

quo, a qual, como filósofos, somos todos convocados. Em razão disso, este volume traz cinco textos que abordam o problema da liberdade nas suas dimensões moral, social, política e religiosa.

Armando Manchisi, em “A teoria hegeliana da justificação moral”, interpreta a passagem da moralidade para a eticidade nas *Linhas fundamentais da filosofia do direito* como uma teoria da justificação moral. O autor usa como referencial teórico alguns conceitos do debate contemporâneo da epistemologia moral, com um foco específico no intuicionismo e no construtivismo kantiano como representantes de duas posições contrapostas, ou seja, o fundacionalismo e o coerentismo ético. A proposta hegeliana permite tanto destacar os limites dessas posições, quanto articular uma teoria ética alternativa de caráter *holístico, inferencialista* e *social* que considera a realidade moral dada sem desistir de pretensões de objetividade e da crítica.

Wécio Araújo, em “Ontologia e Política em Hegel: a Relação entre o Trabalho e a Linguagem na Formação da Consciência e da Vida Ética”, apresenta os primeiros resultados de sua pesquisa acerca da noção de trabalho como conceito-chave para a compreensão do agir moral. Assim, a partir da noção de trabalho, Araújo expõe algumas relações entre a *Fenomenologia do Espírito* e a *Filosofia do Direito*.

Adriano Kurle em “The anachronism of myth in Hegel and Bolsonaroist Brazil” apresenta uma interessante interpretação do fenômeno do Bolsonarismo a luz de algumas categorias da estética hegeliana, assumindo como ponto de partida, para essa análise, o apelido “mito” atribuído ao atual presidente brasileiro e a associação da figura do super-herói “Superman” ao ex-juiz e ex-primeiro ministro Sérgio Moro. O Objetivo do autor é fazer mostrar que a consciência bolsonarista cai vítima de um anacronismo da consciência mítica: lido através das lentes da noção de *Aufhebung*, a consciência mítica volta como um mito prosaico e, portanto, como falso mito e a figura do herói leva consigo um desejo autocrático e autoritário, os dois sendo uma ilusão mediada pela indústria cultural e pela política moderna.

Martina Barnaba, em “L’albero della conoscenza: la dialettica del mito eterno dell’uomo secondo Hegel”, investiga o caráter dialético do mito do pecado original na filosofia hegeliana. Na primeira parte do artigo, apresenta-se a ideia da filosofia hegeliana como tradução da representação para o conceito, para entrar na interpretação hegeliana do mito na parte central do trabalho, considerando tanto a *Fenomenologia do Espírito* quanto as *Lições sobre a filosofia da religião*. O movimento dialético do episódio bíblico, destacado abordando as relações problemática entre bem e mal, inocência e culpa, vontade e arbítrio, é o ponto de abertura para

trazer a luz a dinâmica e a dialeticidade da estrutura da consciência, da realidade e, sobretudo, da liberdade concreta como movimento de emancipação do sujeito de um estado de inocência originária.

Por sua vez, Rodrygo Macedo, em seu texto “Comunidade (*Gemeinde*) entre Lógica e Política nas *Lições Sobre A Filosofia Da Religião* de Hegel”, procura investigar a relevância política da noção de comunidade a partir de sua dimensão religiosa. O autor apresenta a ideia de que a realização do Estado e a comunidade têm semelhanças no que diz respeito à possibilidade de conexão entre seus indivíduos, tais como costumes e normas próprios, e um senso de pertencimento e de unidade, e que essa noção ajudaria a compreender o projeto político do filósofo. Para esclarecer esse projeto, Macedo recorre a algumas noções da *Lógica* de Hegel, a fim de aprofundar essa conexão.

Como organizadoras deste volume especial, estamos particularmente felizes e orgulhosas de termos reunido para este trabalho as contribuições tanto de especialistas de renome internacional, quanto de jovens pesquisadores e pesquisadoras da filosofia hegeliana. É preciso ressaltar o esforço daqueles que contribuíram com seus textos, bem como daqueles que colaboraram de algum outro modo para o número desta revista neste momento bastante delicado em que vivemos, a saber, em meio à pandemia da Covid-19. O trabalho acadêmico, em ritmo usual, já exige bastante de seus professores e pesquisadores, e certamente o acúmulo de tarefas, em regime *home office*, tornou esse trabalho ainda mais pesado, borrando, por vezes, os limites entre a vida privada e as tarefas relativas às pesquisas, aulas e demais funções. Por isso, agradecemos aos autores e autoras, e com demais colegas que participaram deste projeto, o qual compreendemos não apenas como resultado de algum tipo de superação para todos, neste contexto, mas também como um ponto de partida para o fortalecimento de diálogos entre pesquisadores dos estudos hegelianos em âmbitos nacionais e internacionais.

*Marloren Lopes Miranda*²
*Michela Bordignon*³

² Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Goiás. E-mail: marloren.miranda@hotmail.com

³ Doutora em Filosofia pela Università degli Studi di Padova; professora adjunta da Universidade Federal do ABC. E-mail: michela.bordignon@ufabc.edu.br